



PARÓQUIA DO SENHOR JESUS
DO PADRÃO DA LÉGUA

Pedido de Declaração de Idoneidade para Padrinho/Madrinha de Batismo

Não é
documento de
Idoneidade

O cânone 874 do Código de Direito Canónico estabelece, entre outras condições, que para alguém poder assumir o múnus de Padrinho/Madrinha de Batismo tem de:

- Possuir aptidão e desejo de desempenhar tal missão,
- Ter completado 16 anos de idade e estar Crismado,
- Ser católico praticante e levar uma vida consentânea com a fé cristã,
- Estar numa situação regular perante as leis da Igreja.

Nome _____ Idade _____

Morada _____ Profissão _____

Situação familiar: Solteiro ☐ Casado Catolicamente ☐ Casado Civilmente ☐ Divorciado ☐ Viúvo ☐ União facto ☐

Batismo: Não ☐ Sim ☐, na Paróquia de _____ em ____/____/____

Primeira Comunhão: Não ☐ Sim ☐, na Paróquia de _____ em ____/____/____

Profissão de Fé: Não ☐ Sim ☐, na Paróquia de _____ em ____/____/____

Confirmação (Crisma): Não ☐ Sim ☐, na Paróquia de _____ em ____/____/____

Casamento católico: Não ☐ Sim ☐, na Paróquia de _____ em ____/____/____

Situação religiosa: com habitual ☐ esporádica ☐ sem ☐ vida religiosa na igreja de _____

Nome completo da Criança: _____

Paróquia onde vai ser o Batismo: _____

DECLARO com toda a verdade que conheço e reúno os requisitos necessários, em conformidade com as disposições canónicas, não neguei a fé católica nem frequento outra igreja ou religião e não me encontro em situação marital menos aconselhável perante a Igreja e tenho a reta intenção de assumir a missão de padrinho de Batismo, dispondo-me a ser testemunha de Fé e comprometendo-me com a iniciação cristã do meu/minha afilhado(a), ajudando os pais, para que ele(a) venha a professar a fé da Igreja Católica e a exprimi-la na sua vida. Tomei conhecimento da informação relativa à Protecção de Dados constante no verso

Data ____/____/____ Assinatura (do candidato) _____

INFORMAÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DE DADOS

Os membros da Igreja Católica são sujeitos de direitos e deveres quer no ordenamento jurídico canónico, quer no ordenamento jurídico civil, isto é, do país onde habitam e contam-se, desde o princípio do cristianismo, como os mais cumpridores das leis justas.

A Igreja Católica tem o direito nativo de regular as relações justas entre os seus membros também por meios de normas vinculativas. Esse direito é reconhecido pela Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português celebrada a 18 de maio de 2004, aprovada pela Assembleia da República para ratificação em 30 de setembro e ratificada pelo Presidente da República por Decreto de 3 de novembro desse ano, que garante a liberdade dos fiéis viverem e expressarem a sua fé, e de a Igreja se organizar, com o reconhecimento pelo Estado da personalidade jurídica de cada uma das pessoas jurídicas canónicas, legitimamente constituídas pela competente autoridade eclesiástica, dos fins que exerce, da organização interna, do governo e dos meios de que livremente pode dispor para o exercício da sua missão

O recente Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) 2016/679 da União Europeia aprovado em 27 de abril de 2016 com aplicação obrigatória a partir de 25 de maio de 2018, reconhece igualmente à Igreja Católica o direito de se reger, nas suas relações intraeclesiais, por normas próprias.

A recolha de dados pessoais, no âmbito da Igreja Católica, tem por finalidade garantir o direito de ser reconhecido como membro da Igreja e assegurar os direitos conexos, como o de provar a sua pertença à Igreja pelo batismo, o seu estado livre, ou defender o seu estado de vida matrimonial, ou consagrado.

Os dados pessoais acima indicados serão tratados ao abrigo dos artigos 6.º, n.º 1, f), e 9.º, n.º 1, d), do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, e nos demais termos desse Regulamento em articulação com as normas canónicas, no âmbito estrito da Igreja Católica e apenas para fins relativos à sua missão.

ENTIDADE RESPONSÁVEL TRATAMENTO DE DADOS:

PARÓQUIA DO SENHOR JESUS DO PADRÃO DA LÉGUA

Travessa Elaine Sanceau, 80 – 465-620 Leça do Balio

Endereço do Encarregado de Proteção de Dados: cartorio@plegua.pt

Esses dados serão conservados enquanto a missão da Igreja o exigir, tendo em conta a natureza do sacramento.

O titular dos dados tem, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, em articulação com as normas canónicas, os direitos de solicitar ao responsável pelo tratamento acesso aos dados que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, o direito à portabilidade dos dados (ou seja, se o tratamento for realizado por meios automáticos, o direito de os receber num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo seu tratamento) e o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.